

jornal Abrapp

nº 1 / 90

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES
FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Edição Especial
Nova Diretoria

A Nova Arrancada

Nascido de uma necessidade histórica dos trabalhadores brasileiros, o sistema de previdência complementar segue de mãos dadas com a história. As tendências universais e ainda mais especialmente as que encontram eco em nosso país são captadas e refletidas nas entidades fechadas, que assim seguem uma rota ditada pelos interesses do país, sempre na direção dos ventos, e nunca procurando inventar caminhos artificiais e egoístas.

O momento vivido na ABRAPP, com a posse da nova diretoria eleita em fevereiro, confirma tudo isso. A coerência é a mesma exibida desde o início da consolidação do sistema, nos anos 70, quando as entidades fechadas de previdência privada surgiram em maior número para atender a tendência do brasileiro de pensar cada vez mais no social. Viviam-se ainda o crescimento rápido da economia, mas o próprio governo reconhecia que a qualidade de vida não acompanhava essa explosão de desenvolvimento. A começar pelos percalços da previdência social, sempre envolta em graves desequilíbrios. A previdência complementar surgia, então, para dar a milhões de trabalhadores uma saída para essa crise. Sem ela, percebeu-se logo, ficavam impossíveis aposentadorias ou pensões — ou qualquer outro benefício — dignos desse nome.

Uma segunda tendência refletida no sistema de previdência complementar é a onda liberal e, conseqüentemente, a redução da intervenção do Estado na economia e nos negócios. Afinal, as entidades fechadas são o resultado de uma iniciativa das empresas e de seus funcionários de forma a suprir uma carência do Estado, que sabidamente não consegue atender às necessidades de seus cidadãos nos terrenos da previdência e da seguridade.

Quer dizer, as nossas EFPPs são uma importante contribuição ao esforço que o país faz, em especial após a posse do governo Collor de Mello, para privatizar a sua economia.

Em seu discurso de posse, pronunciado na solenidade realizada no auditório da ABRAPP no dia 1º de março, o presiden-



ANA LUÍZA DE OLIVEIRA

Mizaél Matos Vaz: engenheiro econômico e social

te Mizael Matos Vaz observou que “nossas associadas optaram por uma administração da Associação mais sintonizada com o pensamento liberal, onde são priorizadas as soluções de mercado e a ampliação do espaço de atuação da empresa privada, com a redução da presença do setor estatal na economia”.

Vaz fez ver que esses ventos liberalizantes são sentidos, inclusive, na composição dos órgãos colegiados da ABRAPP. O novo Conselho Deliberativo, por exemplo, integrado por 25 membros, tem a metade deles indicada por empresas privadas, nacionais e multins.

Com esse crescimento da presença das empresas privadas nos organismos da ABRAPP, disse o novo presidente em sua posse, a Associação terá provavelmente facilitados os seus contatos com o empresariado, persuadindo-o da necessidade da expansão do sistema de previdência complementar. Esse crescimento, como se sabe, traz vantagens imensas para o país, a nível de fortalecimento da economia e da paz social.

Desempenhando papel assim tão relevante para o país, é natural que o sistema de previdência complementar espere receber do Estado as condições que lhe permitam desempenhar as suas tarefas. As EFPPs não pedem favores, pleiteiam apenas ou principalmente que o governo não interfira demais, através de um excesso de regulamentação capaz de tolher de tal modo a liberdade de gestão que, é razoável acreditar, pode ficar comprometido o resultado final.

Em seu discurso de posse Mizael dedicou um bom espaço a este importante aspecto: “neste momento em que o Brasil entra em nova fase político-institucional, e quando está se instalando um novo governo, imbuído da moderna filosofia do capitalismo democrático — isto é, a junção do liberalismo político com a economia de mercado — é fundamental que as entidades fechadas se mobilizem para aproveitar esta onda de modernidade e extirpar o excesso de legislação e interferências equivocadas que caracterizaram muitas das ações do poder público sobre o sistema de previdência complementar”, começou dizendo.

Em outro trecho, lembra que “mediante contribuição das patrocinadoras, ou dos participantes e patrocinadoras, as EFPPs acumulam recursos que devem ser aplicados de modo a garantir, no presente e no futuro, o pagamento dos compromissos previstos em seus planos de benefícios. O patrimônio que vem sendo formado é, nos termos da legislação que rege seu funcionamento, propriedade dos participantes e não das empresas patrocinadoras, sejam elas privadas ou públicas. Pelo volume de recursos já consolidado — cerca de US\$ 15 bilhões — e pelas características de exigibilidade que apresentam, as entidades fechadas são, hoje, os mais importantes investidores institucionais do país. Numa avaliação conservadora, em que se admita como premissa a estabilização do sistema nos atuais 2 milhões de trabalhadores, o patrimônio destas entidades deverá crescer com rapidez até estabilizar-se, ao final, em algo da ordem de US\$ 95 bilhões, em valor presente. No entanto, se levarmos em conta a existência de 6 mil empresas que reúnem condições para criarem suas próprias fundações para 6 milhões de trabalhadores, verificamos que o potencial de geração de poupança de longo prazo de nosso sistema é muito maior”.

Portanto, é em nome do país mesmo que o nosso sistema pede liberdade para poder trabalhar e crescer e, assim, cumprir sua missão social e econômica. Para Vaz, “uma das distorções mais gritantes é a existência de um teto para os salários-de-participação nas entidades, equivalente a 3 vezes o teto do salário-de-benefício para a previdência social. Esta limitação, desde 87 só existe para as entidades patrocinadas por empresas do setor público federal. Este limite só tem servido para fazer com que numerosos participantes com salários superiores aquele teto, e em condições de se aposentar, não exerçam este direito para não terem sua renda reduzida. Isto tem contribuído para aumentar os dispêndios das empresas patrocinadoras do setor estatal, na medida em que empregados de mais idade e de salários mais elevados não são substituídos por outros, mais jovens e de menores salários”.

Mizael também apontou outro equívoco do governo: a tentativa de efetuar um controle dos dispêndios das empresas estatais através da limitação imposta à previdência complementar. Disse o novo presidente da ABRAPP: “refiro-me aos limites das contribuições que as empresas do setor público efetuam para as fundações que patrocinam. A fixação em 7% da folha salarial, como limite para estas contribuições, pode impedir a otimização dos gastos com pessoal dessas empresas. Ora, suponhamos, por absurdo, que as despesas com pessoal fossem pagas, em sua totalidade, sob a forma de contribuições para o fundo de pensão. Esta forma é macroeconomicamente mais vantajosa para a sociedade, quando comparada com igual pagamento sob a forma de salários direto, na medida em que, na primeira hipótese, se está diferindo renda por 25 a 30 anos, contribuindo para a formação de poupança a longo prazo”.

“É hora de desregulamentarmos a previdência complementar, retirando a interferência perturbadora do Estado, deixando-a livre para crescer e aumentar o estoque de poupança a longo prazo, de que tanto carece a economia nacional”, sublinhou o novo dirigente. Em seguida completou, observando ser fundamental que as entidades tenham maior liberdade para direcionar seus investimentos, com as aplicações compulsórias, verdadeiras reservas de mercado, sendo eliminadas.

Após pressupor o cenário dentro do qual o país deverá movimentar-se nos próximos tempos, Vaz enumerou os pontos principais da atuação futura da nova administração da ABRAPP:

■ Necessidade de ampla divulgação do sistema, utilizando-se modernos recursos de marketing institucional, com nítida identificação dos públicos alvo e dos instrumentos requeridos para alcance dos objetivos. Neste sentido, ênfase especial deverá ser dada à divulgação junto a cerca de 6.000 empresas privadas com potencial para criarem suas próprias EFPPs.

■ Aprofundamento das relações com entidades sindicais, objetivando a obtenção de seu apoio na condução de pleitos voltados à defesa e ao aprimoramento do sistema, mediante um esforço de divulgação das vantagens que proporciona aos trabalhadores participantes.

■ Desenvolvimento do potencial de mobilização dos dirigentes atuais e futuros das associadas, priorizando o aguçamento de

sua sensibilidade política e o estreitamento de suas relações com membros dos poderes executivo e legislativo federais, visando a unificação de propostas e procedimentos, essenciais para o bom termo dos pleitos do setor junto àquelas instâncias.

■ Amplo relacionamento com o congresso nacional para a tramitação de legislação complementar à Constituição Federal, bem como outras medidas legais, pertinentes à área de atuação do sistema fechado de previdência privada e do sistema oficial de previdência social. Neste sentido, deverá ser priorizado o trabalho de conscientização de congressistas, envolvendo dois níveis: divulgação institucional no meio parlamentar, enfatizando a relevante função social do setor em seu caráter complementar à seguridade social; e interação do processo eleitoral de 1990, identificando futuros interlocutores, com forte apoio da atuação regional das entidades filiadas.

■ Aproximação dirigida aos futuros integrantes da Administração Federal, particularmente nos órgãos responsáveis pela fiscalização e normatização do setor.

■ Agilidade no tratamento de informações e dados, para que se solidifiquem como importante fonte de subsídios para as negociações e interlocuções nos diversos fóruns.

■ Aparelhamento técnico do sistema através do treinamento integrado e de publicações especializadas.

■ Continuidade da integração com a comunidade internacional, absorvendo novas experiências e consolidando o modelo brasileiro.

Acompanhar essas manifestações do novo presidente diz muito da forma de pensar da diretoria e conselhos que assumiram. A leitura de documentos como o “programa de trabalho” proposto pela então Chapa 2, diz outro tanto. No documento defende-se a necessidade de se usar o XI Congresso com uma oportunidade para ampliar os espaços políticos conquistados pelo sistema, aproveitando a proximidade das eleições legislativas. Prega-se também que os encontros regionais sejam aproveitados para o estreitamento dos laços entre parlamentares e dirigentes locais. É defendida ainda a deflagração de uma série de eventos institucionais sobre temas específicos, além de reuniões informais com políticos, encontros entre a diretoria da ABRAPP e lideranças regionais do sistema e a constituição, dentro da estrutura da Associação, de um Departamento de Economia e Estatística, entre outras iniciativas.

Os novos diretores

Mizael Matos Vaz, presidente. Engenheiro industrial e mecânico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), turma de 68. Pode não ter sido o início de uma bela carreira de engenheiro, mas foi seguramente o começo de uma forte paixão pela *engenharia econômica*, na qual se pós-graduou mais tarde. Tal formação lhe garantiu também uma boa base de conhecimentos matemáticos, que logo se revelaram muito úteis, ainda ao tempo de estudante no IME, durante dois anos de estágio no então BNDE. A passagem pelo banco, em uma época de rápido crescimento da economia,

mostrou-lhe o caminho para a criação de um escritório de planejamento voltado para investimentos em produção.

Um dos clientes do banco com o qual travou conhecimento chamava-se Companhia Telefônica de Pernambuco (CTP), com a qual começou sua aproximação com o setor das telecomunicações. Daí para ingressar na Embratel foi um pulo. Foi o primeiro chefe de O&M da empresa, da qual tornou-se também depois chefe de divisão.

O começo na previdência complementar deu-se em 79, quando a direção da Embratel atribuiu-lhe a tarefa de adequar a Telos à 6.435, de 77, dotando a entidade de maior autonomia nos campos previdenciário e atuarial. Essa internalização de conhecimentos rendeu frutos, permitindo à entidade deter um maior controle dos seus grandes números. Embora custe dinheiro manter uma estrutura própria, ele não tem dúvida de que a relação custo/benefício mostra que essa política de independência foi o melhor caminho. As avaliações atuariais agora podem ser feitas mensalmente. O plano de custeio pode ser acompanhado bem de perto.

Na Telos, onde chefiou a Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral e da qual tornou-se em 85 diretor de seguridade, Mizael Matos Vaz bateu-se por um novo plano de benefícios. Terminaram as queixas dos participantes e cerca de 300 funcionários que se mantiveram durante anos afastados da entidade, afinal, mudaram de idéia e pediram o seu ingresso. Desde 88 aposentados e pensionistas contam também com um plano de saúde. Mizael, que sempre valorizou o trabalho em equipe, garante que tudo isso é resultado de uma bem realizada política de delegação de tarefas dentro do grupo de profissionais da Telos.

Membro da Diretoria da ABRAPP na gestão anterior, Mizael é também, desde 86, representante do sistema no Conselho de Previdência Complementar do MPAS.

Klaus Wilhelm Lege, vice-presidente. Economista e administrador de empresas, formado pela Universidade de Bonn, onde chegou a lecionar na área de finanças. O caminho estava aberto: seu primeiro emprego fora da área acadêmica foi em um banco, só que na África do Sul, em 70 e no ano seguinte. Daí tentou voltar à Alemanha, via Brasil, mas ficou mesmo por aqui. Chegou em um sábado, a São Paulo, para visitar amigos dos tempos da militância da *Juventude da União Democrata Cristã* alemã, e na segunda-feira já estava à procura de emprego, conseguido afinal em uma empresa de auditoria. Em 73 voltou à terra natal, onde conheceu sua mulher, uma gaúcha que mesmo não descendendo de alemães andava estudando em Hamburgo. Em 79, afinal, veio o retorno definitivo ao Brasil, onde passou a trabalhar em uma corretora de seguros.

Foi também uma corretora de seguros que ligou o seu destino à Basf. Naquela época a empresa estava criando uma corretora própria, cativa, e chamou Lege para implantá-la. Da mesma maneira, mais tarde, a companhia entregou-lhe à gerência



Klaus Wilhelm Lege: dedicação ao trabalho

geral da Divisão Logística e de Suprimentos, o que equivale já a um comando no segundo nível da Basf Brasileira.

Em 86 veio o convite para cuidar da implantação da previdência complementar na empresa, não apenas por ser um conhecedor da matéria, mas também porque o seu cargo anterior havia lhe dado uma visão global do conjunto da companhia. Desde então Lege é o principal executivo da entidade da Basf, que transformou em uma das EFPPs mais informatizadas e integradas.

Klaus chega à vice-presidência da ABRAPP acreditando que uma das maiores contribuições que pode dar ao sistema é trabalhar pelo seu crescimento, especialmente naquele segmento que melhor conhece, o das entidades patrocinadas por empresas privadas. Ele também vê a sua presença na direção da ABRAPP como um elo de ligação com a Associação Nacional dos Fundos de Pensão Patrocinados por Empresas Privadas, da qual também é vice-presidente. Entrou nessa luta também, entre outros muitos bons motivos, para conseguir que atuários e auditores produzam pareceres padronizados, de modo a que quem os lê consiga ter uma visão abrangente tanto do ativo como do passivo.

A garra com que parte para a nova missão é igual a que revela em outros tantos desafios presentes em sua vida de membro ativo de diferentes instituições educacionais alemãs no Brasil.

Ulysses Lima de Paiva, diretor-regional-leste. Engenheiro eletro-eletrônico, turma de 65 da Universidade Federal de Engenharia de Itajubá, com outros cursos nas áreas

técnica e administrativa no país e no exterior. Trabalha na patrocinadora, a Cemig, há 24 anos, tendo sido chefe de divisão a partir de 70, e de departamento, em 74. No ano seguinte assumiu o cargo de supervisor regional. Em 87 passou a assistente da diretoria e em 88 da presidência da companhia. No mesmo ano tornou-se presidente da Forluz, de cujo Conselho de Curadores já participara. Como dirigente da fundação providenciou atualizações no plano, diversificou os investimentos e reorganizou estrutural e funcionalmente a entidade, em um sentido geral de modernização. Em seu posto na diretoria da ABRAPP pretende, naturalmente, em primeiro lugar, a exemplo dos demais diretores-regionais, atuar de forma a unir as associadas locais, e em segundo lugar brigar pelo crescimento do número de entidades ligadas à empresas privadas, aproveitando o fato de ser Minas um Estado industrial com forte participação da iniciativa privada.

Roberto Siqueira Ferreira Leite, diretor-regional centro. Engenheiro eletrônico, formado pela Escola Nacional de Engenharia, do Rio, em 70. Ingressou no Sistema Telebrás no início dos anos 70, mais precisamente na Telecomunicações do Rio de Janeiro (Telerj), da qual tornou-se mais tarde superintendente regional de operações. Em 75 transferiu-se para o Piauí, primeiro como diretor de operações da Telepisa, e depois como presidente da empresa. Em 87 tornou-se diretor-superintendente da Sistel, onde foi responsável por importantes aperfeiçoamentos nas áreas de previdência e assistência, buscando ao mesmo tempo dotar a entidade de uma estrutura administrativa moderna e adaptada às condições da nova década. Chega ao cargo de diretor da ABRAPP antecedido do reconhecimento pelo trabalho que realizou antes como coordenador das comissões técnicas executiva e de ação política. Atuando em uma região onde todas as associadas provêm do setor público, se diz convencido de que o nosso sistema é uma força única e que distinção não deve ser feita entre entidades patrocinadas por empresas privadas e públicas.

Luiz Helvécio S. Araújo, diretor-regional norte-nordeste. Engenheiro-eletricista saído dos bancos da Universidade Federal de Pernambuco, em 73, com pós-graduação em Sistemas de Potência pela Power Technology Schnectady, de Nova York, em 79. Passou pela empresa de telecomunicações de Pernambuco, da qual foi chefe de distrito, para em 76 entrar na Chesf, onde desempenhou as funções de assessor de Departamento de Proteção e Medição. Em 87 foi convidado a assumir a diretoria de administração e finanças da Fachesf, contribuindo para se alcançar um maior nível de eficiência e de transparência nos negócios. Atribui a sua indicação para a direção regional ao seu ativismo entre as entidades da região, inclusive com a realização freqüente de eventos locais. Como um dos principais incentivadores dos fóruns que reúnem diretores-

financeiros, contadores e administradores de investimentos nessa área do país, acena agora com o plano de estender a iniciativa a outros grupos de profissionais de fundações. Já exerceu anteriormente na ABRAPP a função de coordenador da Comissão Técnica de Mercados Financeiro e de Capitais.

Nelson Pedro Rogieri, diretor-regional São Paulo. Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Álvares Penteado em Economia, em 66, e pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, em 68. Está na patrocinadora, a Philips, desde 66, onde ingressou como analista de crédito. Ocupou vários cargos de chefia na empresa, entre os quais a direção da Divisão de Distribuição Física. Transferiu-se para a PSS em 83, entre outras razões por julgar que assim estaria mais próximo de uma de suas principais áreas de interesse, o mercado de capitais. Foi ser gerente financeiro da entidade e desde 84 integra o seu Conselho de Administração. Entre suas contribuições para a PSS estão a participação no esforço de atualização do plano de benefícios e a luta que permitiu à entidade obter um retorno médio real para seus investimentos de 8,3% a.a., nos últimos cinco anos. Assume a diretoria-regional São Paulo com a firme intenção de mostrar o muito que a ABRAPP pode fazer por suas associadas do Estado, a começar por encontros de dirigentes com muita participação e debate.

Alfeu Luiz Abreu, diretor-regional Sul. Administrador de empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina, turma de 79, com pós-graduação em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Na Caixa Econômica do Estado foi chefe de departamento e mais tarde, na empresa de crédito imobiliário da instituição, gerente de planejamento. Chegou à fundação pelo voto direto de seus colegas, em 85, sendo seguidamente reeleito. Quando assumiu a diretoria de administração e seguridade, a Fusesc era ainda uma entidade bastante limitada ao seu papel previdenciário. A partir daí transformou-se em uma EFPP cheia de iniciativas, algumas das quais, especialmente na área dos planos médicos, valeram-lhe a fama de modelo para o sistema. Vê-se como um dirigente combativo, lutador pelas causas da previdência complementar, exercendo uma liderança que o levou à presidência da Associação Sul Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

Jairo Antunes Ribeiro, diretor de seguridade. Engenheiro eletricista e administrador de empresas, este último curso concluído em 81, na Universidade Mackenzie. Entrou na Cosipa em 74, onde exerceu os cargos de gerente de controle ambiental, assessor de comunicação social e superintendente de integração. Passou para a Femco em 86, vindo a ocupar depois a diretoria de seguridade. Orgulha-se, entre outros motivos de satisfação pessoal, de ter ajudado a acabar com o clima de queixas entre os partici-

pantes. A propósito ainda de benefícios, está convencido de que todos devemos lutar pela eliminação do teto-de-benefício, o que pretende fazer agora, aliás, quando se encontra à frente da diretoria de seguridade social da ABRAPP. Tendo sido membro da Comissão Técnica de Benefícios Previdenciais da Associação, aprendeu como faz falta uma maior ligação entre diretores e participantes de comissões, uma lição que pretende aproveitar agora que é diretor.

Leonel José Carvalho Castro, diretor-jurídico. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 61, entrou na Light em 64, como advogado do Departamento Jurídico. Em 67 foi ser assessor direto da direção da empresa em São Paulo. Retornou ao Rio em 68 para assumir uma chefia. Em 85 foi designado diretor-geral do Serviço do Patrimônio da União, órgão do Ministério da Fazenda encarregado de controlar os mais de 200 mil imóveis federais. Em 87 assumiu a presidência da Braslight, numa fase instável para a entidade, da qual já havia sido membro do Conselho Fiscal, de 80 a 84. Vem para ocupar o cargo de diretor-jurídico imbuído da convicção de que é preciso atualizar e simplificar a legislação da previdência complementar, livrando-a o mais possível dos controles excessivos do governo.

Jorge Curtinhas da Silva, diretor-regional Rio de Janeiro/Espírito Santo. Administração de Empresas na Faculdade Moraes Júnior, no Rio, em 76, e Ciências Contábeis na Universidade Federal do Espírito Santo, em 72, com curso de extensão em Administração Financeira em convênio com a Getúlio Vargas. Ingressou na Vale do Rio Doce, em Vitória, onde ocupou duas gerências. Em 72 veio para o Rio, vindo a ser mais tarde gerente de controle da coligada Mineração Rio do Norte. Tornou-se então o segundo homem da Superintendência de Controle, chegando assim ao primeiro escalão abaixo da direção da companhia. Em 85 foi designado diretor de seguridade e administração da Valia, de cujo Conselho Fiscal já fora membro. Embora com formação mais voltada para a área de contabilidade e controle, é um homem hoje convencido da importância do papel social das entidades fechadas. Coloca muita fé no trabalho de equipe e é diretor, refletindo as suas excelentes relações com as entidades do Rio e Espírito Santo, da Riobrapp, a associação local.

Reginaldo José Camilo, diretor econômico-financeiro. Contador formado pela (FMU) Faculdades Metropolitanas Unidas, com pós-graduação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Ingressou no Itaú em 79, onde atua na controladoria. É gerente-geral na instituição e diretor da fundação, onde cuida da contabilidade e ajuda a centralizar o comando, fazendo uma espécie de trabalho de interface que une as diversas pontas. Ocupa agora o cargo de diretor da ABRAPP imbuído do espírito de modernização que toma conta do país.

Sônia Maria da Fonseca, diretora de desenvolvimento institucional. Estatística formada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, turma de 68, com pós-graduação em matemática aplicada e pesquisa operacional pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e MDA — executiva em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Ingressou em 66 através de concurso no então BNDE, tendo exercido no banco as funções de assessora da presidência e de gerente de planejamento. Em 77 foi para a Fapes, onde atuou em diferentes áreas como empréstimos, cálculos atuariais e informatização, chegando a chefe de divisão e, mais tarde, em 84, a superintendente responsável pelo campo de finanças. Dessa forma pôde contribuir para a rápida adaptação da entidade a um quadro de elevado número de aposentados e pensionistas, num processo de amadurecimento da instituição talvez inédito em nosso setor. Tem esperança de que em seu cargo na diretoria possa ajudar a pensar melhor o desenvolvimento da previdência complementar, permitindo-lhe um crescimento mais acelerado por dentro e por fora. Leciona atualmente na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IME e IBMEC.

Gérson José Lourenço, diretor de relações institucionais. Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André (SP), licenciado em 74, é diretor da FIPECq desde 80, mas já trabalhava antes para a entidade, secretariando os seus órgãos colegiados. Para o cargo que passa a ocupar na ABRAPP acredita que possa contribuir na medida da sua experiência, e da qual a melhor prova talvez seja o fato de, cumulativamente às suas próprias funções, já ter ocupado interinamente quase todos os cargos de diretor da fundação.



Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente - Mizael Matos Vaz. Vice-Presidente - Klaus-Wilhelm Lege, Diretor de Relações Institucionais - Gerson José Lourenço, Diretor de Seguridade Social - Jairo Antunes Ribeiro, Diretor Jurídico - Leonel Carvalho de Castro, Diretor Financeiro - Reginaldo José Camilo, Diretora de Desenvolvimento Institucional - Sônia Maria da Fonseca. **DIRETORIA REGIONAL:** Diretor Regional Sul - Alfeu Luiz Abreu, Diretor Regional Rio de Janeiro/Espírito Santo - Jorge Curtinhas da Silva, Diretor Norte/Nordeste - Luiz Helvécio S. Araújo, Diretor Regional São Paulo - Nelson Pedro Rogieri, Diretor Regional Centro - Roberto Siqueira Ferreira Leite, Diretor Regional Leste - Ulysses Lima de Paiva.

SUPERINTENDENTE GERAL: Devanir da Silva.

CONSELHO DELIBERATIVO: Presidente - Thadeu Niemeyer da Silva Lima (REAL GRANDEZA), Vice-Presidente - José Fernando Monteiro Alves (ATTILIO FONTANA), 1º Secretário - Sinício Jorge Greve (POSTALIS), 2º Secretário - José Alberto D'Ambrósio (ALCOA-PREVI). Membros: AERUS, ARUS, BASES, CABEC, CAEMI, CAPAF, CAPOF, CASFAM, CELPOS, COPEL, DURATEX, FUNCEF, GERDAU, PETROS, PREVI, PREVIPLAN, PREVUNIÃO, PROMON, RHODIA, SIAS, USIMINAS.

CONSELHO FISCAL: Membros - AÇOS, FUNASA, FUNSSEST.

Tirarem: 4.000 exemplares
Jornalista Responsável: MTB 8.616
Avenida São Gabriel, 495 - 7º-9º andares - CEP 01435 - São Paulo
- SP - Fone: (011) 881-5600 - Telex: (11) 24793 ABRP BR - Fax: (011) 881-5942.